

# **PROPOSTAS DE REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO E A SUSTENTABILIDADE**

## ***PROPOSALS FOR REFLECTIONS ON FIELD EDUCATION AND SUSTAINABILITY***

Cláudia Maria Andrade Skrzypietz Castro  
Eixo temático - Educação

### **RESUMO**

O presente trabalho objetiva propor reflexões sobre temas atuais como sustentabilidade e educação do campo, atrelando como está ocorrendo a educação do campo e o preparo dos educandos para continuar suas atividades no meio rural de forma consciente. Utilizando autores da área, serão apresentados os temas de forma a evidenciar a necessidade do respeito às características locais, sem imposição de atividades direcionadas para outro tipo de público, ou seja, implantar educação urbana no meio rural. A formação docente direcionada para a escola do campo também é necessária de ser abordada, questionando como ocorre a preparação do professor para trabalhar com este público específico. Por fim são propostas reflexões de como está ocorrendo a educação do homem do campo, sem a participação de representantes no direcionamento de projetos e como estes sujeitos estão sendo preparados para a preservação dos meios naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo; Sustentabilidade; Formação docente.

### **ABSTRACT**

The present work aims to propose reflections on current themes such as sustainability and rural education, linking how the rural education is occurring and the preparation of the students to continue their activities in the rural area in a conscious way. Using authors from the area, the themes will be presented in order to demonstrate the need to respect local characteristics, without imposing activities directed to other types of public, ie, to implement urban education in rural areas. The teacher training directed to the rural school is also necessary to be approached, questioning how the preparation of the teacher to work with this specific public occurs. Finally, we propose reflections on how the rural man education is taking place, without the participation of representatives in project management and how these subjects are being prepared for the preservation of natural resources.

**KEYWORDS:** Field Education; Sustainability; Teacher training.

## **INTRODUÇÃO**

A sustentabilidade tem como função aproveitar a natureza para a continuidade da existência humana de forma a manter os recursos naturais. Pensar em áreas antes condenadas, por falta de orientação em sua exploração, hoje podem ser aproveitadas para a renda familiar e garantir a preservação de espécies nativas.

A educação do campo, educação que acontece para moradores de zonas rurais, quilombolas, ribeirinhos, os indígenas, os pescadores, os caiçaras, os caboclos, os bóias-frias, os seringueiros, os povos da floresta, os caipiras, os peões, os lavradores, os posseiros, os sem-terra, os roceiros, os sertanejos, os mineradores, entre outros, precisa estar organizada de acordo com uma proposta que prepare o estudante para manter-se em sua localidade, ou que escolha outro local de moradia, mas esteja consciente da necessidade de preservação.

A preparação do aluno do campo, se organizada com a participação de representantes desta população, pode surtir efeito na forma de busca de rendas e com capacidade e domínio de conceitos básicos, para permanecer em sua localidade com formação suficiente para gerar renda mantendo a preservação ambiental.

### **1. SUSTENTABILIDADE**

Refletir sobre o desenvolvimento tecnológico presente no dia a dia, especialmente na explosão das últimas cinco décadas que trouxeram tantos benefícios, também gera reflexão sobre pontos negativos deste desenvolvimento. É possível e dever considerar sobre a situação ambiental do planeta Terra.

Antigamente era comum o pensamento de que tudo na natureza era infinito e renovável, que a própria natureza seria capaz de transformar o lixo produzido, e nem em pensamento remoto, considerava-se o esgotamento dos recursos naturais. O que dizer então dos agentes destrutivos e poluentes que foram cada vez mais surgindo com o crescimento econômico?

Segundo relatório do Fundo Mundial da Natureza (WWF), a humanidade está realizando um verdadeiro saque sobre a natureza: o uso de recursos (solo, água, minérios, combustíveis fósseis, madeiras etc.) pelo homem nos últimos anos excedeu em 42,5% a capacidade de renovação da natureza. (TORRES e BOCHNIAK, 2003, p. 148)

Neste texto utilizado para abordar os temas transversais no ensino fundamental, as organizadoras destacam como o ser humano está se aproveitando de forma irresponsável dos recursos naturais.

Analisando dados históricos é possível perceber que após a Segunda Guerra Mundial houve expressivo crescimento populacional e as atividades econômicas acompanharam este processo de desenvolvimento, gerando crescimento em diversos países que se tornaram potências industriais e automaticamente financeiras.

Este processo direta ou indiretamente auxiliou na melhoria de qualidade de vida nos países ricos, aumentando ainda mais o declínio nos países mais pobres, onde está a maioria da população mundial. Destaca-se que nações mais desenvolvidas, com uma população menor, acabam consumindo cerca de 70% da energia, 75% dos metais e 85% da madeira produzidos no planeta.

Segundo Jean Timbergem, laureado com Premio Nobel da Economia de 1982, os países desenvolvidos tinham um nível de consumo per capita, 14 vezes maior que outros países. Estudos atuais mostram neste início do século XXI a economia global aumentou ainda mais esta diferença, chegando a um nível de 25 vezes, levando os países desenvolvidos a consumirem cinco vezes mais do que os países subdesenvolvidos, considerando que estes países detêm um sexto da população.

Os problemas ambientais dos países considerados ricos ou desenvolvidos estão associados ao excesso de consumo, o que provoca indiretamente a degradação ambiental que pode ser industrial, urbana e agrícola. A pobreza e aumento significativo do crescimento da população nos países considerados pobres ou subdesenvolvidos, estão mais diretamente ligados à extração dos recursos naturais para a venda aos países ricos. A extração de recursos acaba por gerar uma rede de desertificação, poluição das águas e do ar. (DRUMOND, 2002)

Com esta situação apresentada, questiona-se o modelo capaz de criar e estabelecer agentes reguladores, capazes de restabelecer o equilíbrio ambiental do planeta com ética, de forma democrática beneficiando os avanços tecnológicos aos bilhões de excluídos que o próprio sistema criou.

Os riscos de um colapso ecológico são tão reais como o aumento das desigualdades sociais. Segundo Leff (2001) a sustentabilidade precisa ser o tema do final do século XX e início de século XXI. A passagem para o terceiro milênio, da modernidade truncada e inacabada para uma pós-modernidade incerta, marcada pela diferença, pela diversidade, pela democracia e pela autonomia não pode deixar o assunto da preservação ambiental, da sustentabilidade, de fora.

As alterações causadas no meio ambiente possuem um potencial muito grande de desequilíbrio que chega a ameaçar a permanência dos sistemas naturais e a sua

própria sobrevivência. Assim como os seres humanos são pressionados pela eficiência de mercado de trabalho, a natureza está sendo pressionada a fornecer a matéria prima e a receber os resíduos gerados pelo consumismo desenfreado, gerando um impacto imediato e de longo prazo na eficiência econômica e na sustentabilidade ambiental.

Destacando que crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento. O crescimento econômico faz parte do desenvolvimento, mas suas ações nem sempre geram o desenvolvimento de todos os setores econômicos e da população como um todo. O desenvolvimento não está sendo aproveitado para ajudar no enfrentamento dos desafios que foram negligenciados nas últimas décadas, é importante restaurar o equilíbrio sustentável da humanidade e sistemas ecológicos do nosso planeta.

Como a concentração de riquezas e recursos naturais estão nas mãos de poucos, fica claro que a pressão dos recursos naturais ocorre tanto pelos mais ricos quanto pelos mais pobres, mas o efeito negativo são sentidos de maneira mais agressiva pelos pobres, como por exemplo, a poluição do ar e da água. Grupos com menor poder aquisitivo muitas vezes são obrigados a atitudes sem planejamento, como derrubar árvores mais próximas ou poluir o córrego local, a fim de sobreviver.

Ao pensar na fome do mundo, cada vez mais se constata que não é por falta de alimento, nem por falta de terras ou tecnologias para o plantio que a fome permanece. O problema da fome no mundo está relacionada a questões econômica e políticas e que e a má distribuição de renda que impossibilita a igualdade de acesso a aquisição de alimentos.

Mesmo que muitos vejam os problemas ambientais e sociais como questões distintas, estudos frequentes demonstram a ligação entre pobreza e declínio ambiental, pois ambos estão profundamente incorporados aos sistemas econômicos modernos.

Na década de 80, um documento da Comissão Mundial (1987) "Nosso Futuro Comum" sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, ressalta os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem levar em conta a capacidade de suporte dos ecossistemas. O documento traz uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzidos pelos países em desenvolvimento entre outras contribuições de relevância. De acordo com as ideias abordadas é tecnicamente possível, mesmo com o dobro do número de pessoas, prover as necessidades mínimas da população mundial, até o próximo século. Considerando prover de maneira sustentável e sem a continuidade da degradação dos ecossistemas globais. Mas para que isso aconteça, se faz necessária uma grande mudança nos níveis de consumo dos países desenvolvidos.

Pensar em desenvolvimento sustentável é pensar o desenvolvimento econômico viável socialmente, justo a todos e ambientalmente adequado. E para que ele aconteça deve ser pensado, estudado e planejado, levando em conta que é um processo de longo prazo e principalmente que seja levado em consideração que os recursos naturais são finitos e de todos. Quando se fala em sustentabilidade não é a proposta interromper o crescimento, mas encontrar caminhos que garantam o desenvolvimento coletivo, que leve em conta a valorização e o uso racional dos recursos naturais. Os valores éticos também são necessários para o desenvolvimento sustentável, já que se pretende conseguir a melhoria da qualidade de vida humana no ecossistema.

Alterar paradigmas, mudar padrões atuais, mudar a visão de quantidade pela qualidade, da diminuição da matéria prima e do aumento da reutilização e da reciclagem, são conceitos que precisam ser revistos. Pensando assim uma das principais contribuições do desenvolvimento sustentável é fazer acontecer duas grandes aspirações globais. Primeira é o direito ao desenvolvimento, inclusive aos países de patamares insatisfatórios de renda e riqueza, e a segunda é a preservação ambiental, um direito das futuras gerações.

Em relação à educação, pode se falar que houve avanços significativos, pois houve uma melhora no processo ensino-aprendizagem e na alfabetização, mas ainda de maneira muito lenta. Muitos países, inclusive o Brasil, deixam de investir adequadamente em sua juventude, dificultando que se beneficiem dos setores econômicos desenvolvidos. Pensar Educação, não é apenas pensar na Alfabetização Básica, mas sim na formação do cidadão consciente que contribuirá para combater as ameaças ambientais.

## **2. EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Educação do Campo é uma nomenclatura que vem se fortalecendo principalmente após a I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, em 1998, é resultado de debates e discussões da política de educação rural, proposto por movimentos sociais do campo que buscam participar da organização do ensino direcionado para o este grupo:

...Educação do Campo, cuja essência encontra-se na luta por uma política pública orientada pelos próprios trabalhadores do campo e na problematização do campo brasileiro como lugar de confrontos e lutas sociais. (SOUZA, 2009, p.4)

A proposta não é apenas alteração de nomenclatura de educação rural para educação do campo, mas sim dos princípios que embasam o ensino para pessoas que vivem no interior. Situações que chamam a atenção e que ainda hoje acontecem, como: conteúdos escolares marcados pela cultura urbana onde não se leva em conta a cultura “da roça”, dos faxinais, do homem do campo, com livros didáticos fortemente marcados pelo capitalismo, competição e consumismo. São realidades principalmente em municípios onde os educadores têm baixa escolaridade e pouca preocupação por parte das políticas públicas em dar condições para a melhoria do ensino em escolas do campo, sem propor participação dos professores em formações continuadas.

Destes aspectos surgem outras questões que devam ser consideradas para reflexão e discussão, questões estas que estão presentes na Educação do Campo, como as classes sociais, relações de trabalho, prática social, organização e consciência política. É comum encontrarmos no campo produtores que lutam pela produção de pequenas escalas e outros que acumulam terras e aumentam a produtividade voltada à exportação, normalmente é com o segundo grupo que se encontra resistência nos movimentos sociais que buscam se organizar, por exemplo, como associações e cooperativas.

Percebe-se então como é preciso recuperar a escola pública como categoria histórica para a compreensão da formação escolar da classe trabalhadora, e, com isso, recuperar a idéia de que é na escola o local onde as pessoas podem aprimorar o seu conhecimento e adquirir novos conceitos, efetivando assim a participação dos trabalhadores e não sendo mais considerados apenas com a conotação de público estatal.

O Brasil, na sua imensidão territorial, nos leva a pensar sobre a organização do campo em algumas regiões, encontrando sujeitos organizados em movimentos sociais, e isso possibilita uma prática consciente, mas na sua maioria encontram-se a realidade do trabalho individual independente de organização política, indivíduos que não conhecem os seus direitos de cidadão. Regiões onde apresentam maior participação e organização política não partidária entre os povos, tendem a ter suas ações voltadas para as inquietações e aprofundamento dos conhecimentos da humanidade, para a construção de uma sociedade mais igualitária e mais participativa.

Nas escolas do campo deve haver estudos que provoquem tanto os alunos como os professores, que gerem inquietações e relações com o que se vive e o que não se conhece, assim como uma busca de conhecer locais e relações sociais. O olhar do aluno precisa ser como de um sujeito histórico, onde toda a comunidade escolar se enxerga como sujeitos que fazem a história nas escolas do campo.

O movimento progressista e os movimentos de docentes, não incluíram o povo do campo como sujeito de seus direitos, com seus pedidos por uma educação melhor, assim sendo, o direito a uma educação de qualidade continua sendo negada a esta população. (ARROYO, 2004)

Na abordagem da Educação do Campo normalmente são enfatizados problemas como: analfabetismo, crianças e adolescentes fora da escola, repetência, conteúdos inadequados e dificuldades na formação dos professores. Este olhar preconceituoso, onde muitas vezes a vida fora do centro urbano é vista como atraso e como um modo de vida e cultura que estava com seus dias contados devido ao êxodo rural, acabou prejudicando e muito, os alunos do campo.

Entender os processos educativos na diversidade que formam os processos sociais, políticos, culturais e formação do ser humano na própria sociedade em que está inserida, é importante para a compreensão da necessidade da construção de um currículo próprio para as escolas do campo, pois muitas vezes o conteúdo é trabalhado de maneira fragmentada, idéias sem relações entre si e sem relações com o cotidiano dos alunos.

As propostas curriculares precisam abordar conteúdos que busquem a coerência com a teoria e a prática, entre o que se estuda e a realidade em que a escola está inserida. Normalmente as propostas curriculares e diretrizes pedagógicas, são pensadas para a educação no geral, privilegiando as características de quem reside nos centros das cidades.

A questão não é que os saberes ligados ao mundo do conhecimento, do processo ensino aprendizagem, não devam ser trabalhados, muito pelo contrário, devem ser abordados de forma clara e com propriedade, é fundamental a todo educando dominar conhecimentos básicos propostos nas diretrizes curriculares. Segundo Caldart, trabalhar com diferentes saberes significa não hierarquizá-los, nem considerar que eles são propriedade somente dos educadores, ou dos educandos. Todos somos detentores de saberes e é preciso que o diálogo entre educador e educando permita a cada um ter consciência dos seus saberes, além de ampliá-los e diversificá-los por meio da partilha e da produção coletiva de novos saberes. (CALDART, 2004).

Considerando que existam diferentes formas de apropriação e produção do conhecimento, o papel da escola é levar à reflexão coletiva estes saberes, auxiliando desta forma a construção de uma nova visão do mundo e de sua identidade, buscando a humanização e melhora da formação humana (FREIRE, 2011). A função maior da escola é formar o cidadão completo, com responsabilidade ética, pronto para atuar na sociedade, indiferente se é na educação urbana ou do campo.

É fundamental quebrar paradigmas e preconceitos quando tratar-se de Educação do Campo, pois é impossível simplesmente ignorar que a organização da Educação do Campo iniciou com os movimentos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Em análise de textos referentes aos pontos fundamentais da proposta de Educação da MST, constata-se o sentido da apropriação da escola pública por um movimento social organizado. No final da década de 1990, o MST acompanhava o trabalho de aproximadamente 950 escolas dos anos iniciais, 50 escolas dos anos finais do Ensino Fundamental, atingindo cerca de 40 mil alunos e 1.800 professores, assim como alfabetização de jovens e adultos e escolas de Ensino Médio (SAVELI, 1999).

Segundo Caldart (2004) o processo educativo transforma camponeses, sem autoestima ou coragem de se posicionar diante daqueles que se julgam superiores, em seres que desafiam os poderes constituídos conseguindo olhar direto nos olhos de seus opositores buscando seus direitos.

As características do povo pertencente ao campo são pessoas descendentes de imigrantes europeus, os quilombolas, os indígenas, os pescadores, os caiçaras, os caboclos, os bóias-frias, os seringueiros, os povos da floresta, os caipiras, os peões, os lavradores, os posseiros, os sem-terra, os roceiros, os sertanejos, os mineradores, entre outros (GERMINARI e FERNANDES, 2013). Este povo possui um histórico de pessoas exploradas, com dificuldades de organização.

Segundo, Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961, em seu artigo 105, a Educação Rural era uma estratégia de contenção do êxodo rural “os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais”. Nesta época buscaram-se alternativas para manter a população no campo, sem considerar suas características ou necessidades.

A Educação do Campo, defendida pelos movimentos sociais e profissionais de educação do meio rural, rompem com estas ideias e este mesmo movimento social leva a reflexões de que a Educação do Campo deve orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas ao homem do campo, reconhecendo este homem como sujeito que deve ser protagonista, e não coadjuvante, de sua própria história.

Relembrando antes da década de 1980, momentos na história da educação, aconteceram alguns estudos de políticas públicas educacionais que partiram do campo para o campo e não da cidade para o campo (CALDART, 2004).

Assim pensando, encontra-se uma identidade do povo camponês que está lutando por uma educação que seja no campo e do campo. No campo por que o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive e não ser obrigado a ter que ir para a



cidade para encontrar educação de qualidade, cursos técnicos e graduação. Do campo por que o povo tem direito a uma educação pensada em sua realidade com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.

Deve-se pensar sempre que a educação não é um serviço ou uma política de troca, mas sim um direito humano, esta luta deve ser verdadeira e envolver toda a sociedade para que assim se consiga universalizar o acesso de todo o povo na educação, independente de sua raça, classe social ou local em que mora.

O caminho para o resultado de uma escola do campo com qualidade de ensino está atrelado ao desenvolvimento de seu Projeto Político Pedagógico respeitando as características locais, ou seja, desenvolvido pela sociedade local e não imposta.

Utilizando conceitos da área de administração, diretamente ligada ao termo qualidade: “Podemos dizer que a qualidade de um produto ou de um serviço é medida pelo conjunto de características capazes de atender às necessidades implícitas e explícitas do cliente” (SENAC, 2001. P.12). Considerando que o cliente na educação é o aluno, suas necessidades precisam ser conhecidas e respeitadas para serem atendidas, faz-se necessário ampla discussão e formação sobre o assunto, mesmo para profissionais locais:

É pertinente questionar qual é o lugar, nas escolas do país, dos conhecimentos relacionados ao conjunto das relações de produção no campo e das relações culturais. Não é o caso de criarmos apenas disciplinas optativas sobre Educação do Campo, como vem sendo em algumas universidades. (SOUZA, 2008 p.14)

Atendendo a legislação sobre educação, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 do ano de 1996, e a própria Constituição em vigor, todos tem direito a educação. A oferta de educação com qualidade para o povo fora de centros urbanos inicia-se com a formação docente. Professores despreparados para realidades diferentes não poderão contribuir para a formação deste aluno com características próprias de sua localidade.

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUSTENTABILIDADE**

Os movimentos rurais sociais, lutam há muito tempo por uma educação de qualidade. Estas lutas apresentam dificuldades por serem, muitas vezes, ações espelhadas na área urbana, sem levar em considerações a realidade local vivida. As ações propostas para o ensino no campo em sua maioria acontecem de cima para baixo, sem considerar a voz dos interessados.

Citando o êxodo rural, que aconteceu no período industrial, levando os alunos do meio rural a serem contemplados com uma educação preocupada em impedir o inchaço provocado com este êxodo, mas sem direcionamento para uma formação campesina, foram destacadas campanhas enganosas de que este aluno podia usufruir de uma boa educação sem ter que ir para a cidade. Acreditava-se que o homem do campo não tinha necessidade de escolarização e que esta educação poderia acontecer de qualquer maneira, descontextualizada da realidade da vida rural.

Mesmo hoje, ainda encontram-se dificuldades de modelos concretizados de uma educação voltada para o campo, que possam na prática ser desenvolvidas nas localidades rurais e ribeirinhas ou localidades de assentamento, enfatizando processo de educação cooperativa como foco no fortalecimento dessas comunidades que promovem a reprodução de suas culturas tradicionais.

Por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades. O desenvolvimento territorial dos povos do campo e da floresta só será sustentável se tiver esses grupos sociais como protagonistas do processo. E para que isso ocorra é necessária a realização de um projeto de educação que contemple todos os níveis de ensino. (FERNANDES e MOLINA, 2008, pg. 09)

O educando do campo não está sendo preparado para atuar em sua localidade, considerando a importância de preservar recursos naturais ou buscar formas de sobreviver pensando na sustentabilidade. Sua formação educacional não aborda temas de real importância, pois o professor não possui formação direcionada para trabalhar de forma diferente da proposta nas diretrizes e livros didáticos, que abordam em sua maioria características urbanas.

Se o direcionamento do professor, devido a sua formação, não está condizente com a necessidade dos alunos, automaticamente a preparação dos estudantes não estará direcionada para continuar sua vida no campo e conseguir sobreviver buscando a atuação de forma consciente e sustentável.

De acordo com Torres, situações como dificuldade econômica em plantios podem ser a causa da não produção agrícola, ou mantêm-se a produção, mesmo com pouca geração de renda, por falta de opções ou formação. (TORRES, 2003)

Ações do homem produtor, características do homem do campo, precisam estar vinculadas ao desenvolvimento sem depredação da natureza. Considerando que o desenvolvimento tecnológico está cada vez mais avançado e que o planeta ainda possui espaço para plantio e formas de recursos, demanda uma preparação do

homem, principalmente os produtores, aqueles que já fazem parte do meio rural, desenvolver o cultivo de forma a produzir sem degradar.

O conjunto: formação docente, preparo de currículo com participação dos envolvidos e desenvolvimento econômico precisam estar direcionados para as características das localidades produtoras, proporcionando o desenvolvimento sustentável.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta deste trabalho foi apresentar a relação educação do campo e sustentabilidade. Foi necessário abordar um pouco de cada assunto, destacando características de cada um. A educação do campo ainda é um assunto que precisa ser abordado e discutido no âmbito educacional, pois mesmo sendo um direito de todos, os alunos que residem fora da esfera urbana, ainda não recebem a atenção necessária.

Os currículos escolares, assim como material didático são direcionados para o público de centros urbanos, há necessidade de manter o público do campo no campo, mas suas características, não estão previstas nem nos currículos, nem na formação docente, que não prepara o professor para atuar nesta área.

Questiona-se o modelo como está ocorrendo a formação dos educandos, que pelo ambiente em que vivem, são os produtores rurais. Se a formação não é direcionada, o respeito à preservação ambiental, a sustentabilidade no campo provavelmente não acontece devido a falta de formação, tanto de alunos como de docentes despreparados para trabalhar com este público.

Dados recentes destacam que 2017 será o ano mais quente desde que iniciou-se o processo de acompanhamento e registro de temperatura média global. Podendo ser abordado o tema sustentabilidade para a produção rural, direcionando atividades com conteúdos básicos, ainda se propõem atividades de repetição sem sentido, devido ao uso de material didático, fora de contexto. E o assunto de importância, a produção com consciência normalmente não é abordada por falta de formação.

Espera-se que cada vez mais fique evidente a necessidade de políticas envolvendo os interessados, que discussões propostas sobre temas diversos respeite a participação dos envolvidos e principais interessados, como no caso “do campo para o campo”

## **REFERENCIAS**

ANDRADE, Débora Barros e LIMA Giovanna Freire de Oliveira. **Educação do Campo e Sustentabilidade : Diversas Interpretações e Perspectivas**. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/11/17/educacao-do-campo-e-sustentabilidade-diversas-interpretacoes-e-perspectivas-por-debora-barros-andrade-e-giovanna-freire-de-oliveira-lima/>

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis. Editor Vozes. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes e bases da educação nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes e bases da educação nacional. Nº 9394 de 1996, Brasília, MEC 1996.

BRASIL, Planalto do Palácio. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

CALDART, R.S. **Elementos para a construção de um projeto político-pedagógico**, 2004.

CASTRO, Cláudia Maria A. S. e BULOW, Marilei A. S. **Educação do Campo – Educação de Qualidade**. V Congresso Brasileiro de Formação de Professores . Campo Largo, 2014.

DRUMOND, JOSÉ AUGUSTO . **Natureza rica, povos pobres? questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea**. Ambiente & Sociedade - Ano V - No 10 - 1o Semestre de 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Mônica Castagna. **O Campo da Educação do Campo**. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>

FREIRE, **Medo e Ousadia**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Paz e Terra, São Paulo, 2011.

GERMINARI, Geyso D; FERNANDES Donizete. **Educação do campo, Cultura e Prática Pedagógica**. XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – realizada na PUC/PR Curitiba/2013

LEF, Enrique. **Saber ambiental – Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3ª Edição. Editora Vozes. SP 2004.

LEITE, Dennis Cintra. **Países pobres - países ricos: como se distribui a renda**. Rev. adm. empres. vol.11 nº.2. São Paulo. Apr./June 1971.

SAVELI, Esméria de L. **A proposta do M.S.T. para as escolas dos Assentamentos “A construção da escola necessária”** Olhar do professor, Ponta Grossa, 1999.

SENAC, DC. **Qualidade em Prestação de Serviços**. Ed. Senac, Rio de Janeiro, 2001.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação é do Campo no Estado do Paraná**. Curitiba.2009.

SOUZA, Maria Antônia. **Educação e Movimentos Sociais do Campo: A Produção do Conhecimento no Período de 1987 a 2007**. Editora UFPR. 2008.

TORRES, Patricia Lupion. Org. **Uma leitura para os Temas transversais ensino fundamental**. Curitiba . SENAR- PR 2003

Sites pesquisados:

<http://www.atitudessustentaveis.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade/> acessado em 30/10/2017

[https://www.10emtudo.com.br/aula/ensino/o\\_capitalismo\\_do\\_pos\\_segunda\\_guerra\\_mundial/](https://www.10emtudo.com.br/aula/ensino/o_capitalismo_do_pos_segunda_guerra_mundial/) acessado em 30/09/2017

<http://mma.gov.br/informma/item/9324-sustentabilidade-no-campo/> acessado em 30/09/2017

<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/2017/11/onu-2017-e-o-ano-mais-quente-ja-registrado-sem-ocorrencia-do-fenomeno.html> / acessado em 06/11/2017

[http://www.recriarcomvoce.com.br/blog\\_recriar/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum/](http://www.recriarcomvoce.com.br/blog_recriar/relatorio-brundtland-nosso-futuro-comum/) acessado em 30/09/2017